

jornal da tarde

Publicado pela S/A O ESTADO DE SÃO PAULO
Av. Engº Caetano Álvares, 55 — Tel: 856-2122 (PABX) — CEP 02598-900
São Paulo — SP — Caixa Postal 8005 — CEP 01065-970 SP — E. Telegráfico ESTADO
Telex 011.23511 — Fax 265-2297



Fundado em 1875

JÚLIO MESQUITA
(1891 - 1927)

JÚLIO DE MESQUITA FILHO - FRANCISCO MESQUITA
(1927 - 1969)

Diretor Responsável

ROY MESQUITA

Diretores

Júlio de Mesquita Neto

Luiz Vieira de Carvalho Mesquita

Ruy Mesquita

César Táctico Lopes Costa

José M. Homem de Montes

Oliveiros S. Ferreira

Diretor de Unidade

Ruy Mesquita Filho

Diretor de Redação

Fernão L. Mesquita

Diretor Executivo

Fernando L. Mitre

Editor Chefe

Celso Kinjô

Diretor Superintendente

Francisco Mesquita Neto

Diretor Comercial

Roberto Crissiuma Mesquita

Diretor Agência Estado

Rodrigo L. Mesquita

Deu a lógica

A forma como o governo conseguiu aprovar a criação do Imposto Provisório sobre Transações Financeiras (IPMF) na Câmara dos Deputados é um triste retrato do estágio de atraso político em que o Brasil ainda se encontra mergulhado.

As democracias representativas estruturam-se institucionalmente segundo o modelo universalmente aceito dos três poderes independentes entre si: o Executivo, que administra a máquina do Estado; o Legislativo, que representa os interesses dos eleitores e contribuintes, e cujo papel é fiscalizar a ação do Estado, mantê-la dentro dos limites da lei e impedi-la de avançar sobre os direitos dos cidadãos, e o Judiciário, que zela pela execução das leis, pune as suas violações e dirime as dúvidas que porventura surgirem no choque entre os interesses do Estado e os dos cidadãos.

No Brasil, contudo, uma série de anomalias introduzidas casuisticamente no sistema ao longo de décadas desvirtuou totalmente essas instituições, especialmente a do Congresso Nacional.

Por não limitar geograficamente (em colégios eleitorais definidos, como acontece com o voto distrital) a área em que um candidato pode buscar votos para se eleger, nosso sistema eleitoral permite que qualquer indivíduo ou grupo com dinheiro suficiente se eleja comprando restos de eleitorados locais espalhados por vários municípios de um mesmo Estado. É isso que permite que existam hoje, no Congresso Nacional, algumas dezenas de "bancadas" que não são mais do que **lobbies** institucionalizados pela esperteza e não pela representatividade, trabalhando exclusivamente pelos privilégios de grupos ou até de indivíduos. O ex-ministro Maílson da Nóbrega, por exemplo, identifica um mínimo de 32 dessas "bancadas" dentro do Congresso, tais como a do Banco do Brasil, a da Zona Franca, a dos produtores de frango, a do leite, a dos estivadores e assim por diante. Com esse sistema, mesmo os deputados que não se elegem apenas para defender os interesses específicos de um grupo ou de alguns indivíduos podem, facilmente demais, votar qualquer matéria exclusivamente de acordo com os seus interesses de momento, sem que seja possível acusá-los de violar a vontade dos seus eleitores, que o atual sistema não permite identificar. Completa esse quadro a distorção das representações regionais, que faz com que um voto de um eleitor do Norte ou do Nordeste do País valha até 30 vezes mais que o voto de um eleitor do Sudeste ou do Sul do País.

Os regimentos internos da Câmara e do Senado potencializam essas distorções e tornam o sistema ainda mais perverso. Um exemplo é a ditadura das lideranças partidárias que esses regimentos consagram. Há partidos com tão poucos votos que têm um só senador ou um só deputado. Eles são, porém, os "líderes" de suas bancadas e, como tal, participam do colégio de lideranças em igualdade de condições com os líderes dos partidos majoritários. Esse colégio de líderes pode tomar decisões sem que as matérias vão, necessariamente, a plenário, tendo amplos poderes para tomar decisões que relevem a vontade da maioria e até a dos seus próprios "liderados". Outra distorção importante, para citarmos apenas mais uma, é a amplitude do poder de obstrução que é dado a qualquer parlamentar, seja qual for o número de eleitores que ele represente, o que faz com que apenas um homem possa obstruir indefinidamente a tramitação de qualquer matéria, ainda que ela atenda aos anseios de uma grande maioria.

Tudo isso transforma o Congresso Nacional, como dizia José Néumanne em artigo publicado ontem nesta página, "numa corporação em si mesma, com ética particular e regras próprias", e não, como deveria ser, na representação fiel das vontades dos vários setores de interesse que compõem a sociedade. Ao longo do tempo, o exercício da carreira parlamentar pautada por essas regras que garantem a impunidade

e fomentam o espírito corporativo leva à erosão moral dos deputados e senadores. Acabam fazendo da autopreservação, da perpetuação no poder e da ampliação de suas prerrogativas e privilégios os seus maiores objetivos e criando um fosso cada vez maior entre os interesses deles e os da população.

O Congresso tende, então, a representar, mais do que qualquer outra coisa, os interesses dos que estão no poder e os dos que pretendem lá chegar para manobrar a máquina e os dinheiros públicos.

Entendidos esses pressupostos, pode-se chegar a uma compreensão fácil e clara do que aconteceu nas "negociações" entre ambos até a aprovação, por ampla maioria de votos, do "ajuste fiscal de emergência", por meio do qual o presidente Itamar Franco pedia ao Congresso que o autorizasse a tomar, mais dinheiro dos contribuintes para tapar o rombo do último exercício nas contas federais, aberto porque o governo não cumpriu as determinações legais e constitucionais que o proíbem de gastar mais do que arrecada.

Cada passo da "negociação" em direção a um acordo favorável ao governo foi dado rigorosamente à custa dos contribuintes, contra os interesses dos eleitores e a favor da manutenção do universo estatal exatamente como está: inchado e totalmente despreocupado com a eficiência administrativa. O primeiro passo consistiu num acordo entre as várias instâncias do Estado contra a Nação, quando a União concordou em "rolar", com o sacrifício dos contribuintes, as dívidas acumuladas pelos Estados em função de estrepolias eleitorais de seus governadores, e os governadores prometeram, em troca, pressionar suas bancadas para aprovar os novos impostos da União (dos quais vão receber, por norma constitucional, uma gorda parcela). O segundo passo foi o leilão dos cargos do segundo e terceiro escalões do governo federal, remunerados pelos contribuintes, entre os partidos e seus protegidos. E o terceiro e último passo, patrocinado pelo PT e pelo PSDB, consistiu em eliminar a cláusula que estipulava que 30% dos recursos arrecadados com os novos impostos seriam obrigatoriamente destinados a resgatar parte da dívida mobiliária acumulada pela União. Esse dispositivo, que poderia ser considerado como de interesse dos contribuintes porque retiraria um pouco da pressão sobre a moeda e sobre os juros (e, portanto, sobre a inflação), foi trocado por outro que destina 20% da arrecadação extra aos gastos "sociais" das prefeituras, as pontas-de-lança eleitorais de cada partido político, e os 10% restantes para outros gastos de interesse eleitoral.

Em resumo: o acordo entre o governo federal e os políticos só foi obtido quando rigorosamente todas as condições foram transformadas em ônus para os contribuintes e em descondicionamentos da ação da União, dos Estados e dos municípios com qualquer dispositivo que apontasse para a austeridade nos gastos. Com esta "cenoura" pendurada à frente dos seus narizes, nem mesmo aqueles deputados que costumam se destacar mais por exibir conhecimentos aprofundados de economia do que por manterem posições de princípio ou por seu comportamento ético em relação aos eleitores, tais como José Serra, do PSDB, e Aloísio Mercadante, do PT, resistiram a depositar o seu voto "sim", apesar de terem passado os últimos meses denunciando esse ataque do fisco, com profusão de argumentos técnicos, como "abusivo", "desnecessário", "inflacionário", "injusto" e "recessivo".

Por isso dizemos e repetimos que não há esperanças de deste país se libertar da vil exploração política de que tem sido vítima enquanto as distorções do sistema que dão aos políticos e aos gestores do Estado total independência em relação aos eleitores não forem corrigidas. Por isso dizemos e repetimos que aprovar o parlamentarismo antes de corrigir essas distorções equivale a entregar a Herodes a guarda das crianças.